

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO

Janeiro-Setembro 2016



Porto de Lisboa

APL - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.

INDICE

1. FACTOS RELEVANTES	3
2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE	8
2.1. Movimento de navios	8
2.2. Carga	8
2.3. Cruzeiros	10
3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	11
3.1. Rendimentos e Ganhos	11
3.2. Gastos e Perdas	13
3.3. Endividamento	16
3.4. Prazos Médios de Recebimento e de Pagamento	17
3.5. Investimentos	18
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	20
4.1. Balanço	21
4.2. Demonstração de Resultados	22
4.3. Demonstração de Fluxos de Caixa	23
4.4. Demonstração de Alterações de Capital Próprio	24

1. FACTOS RELEVANTES

- **Fatura Única Portuária** – A Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2016, de 16 de março determinou a criação da Fatura Única Portuária como o sistema que agrega a faturação de todas as entidades públicas prestadoras de serviços aos navios (Autoridade Portuária, Autoridade Marítima, Autoridade Aduaneira, Autoridade Sanitária e Autoridade de Estrangeiros e Fronteiras) no ato de despacho de largada para cada escala de navio. A RCM determina a sua implementação/ extensão a todos os principais portos do país até ao final de 2016.
- **Realização da Assembleia Geral** – No dia 17 de março teve lugar uma reunião da Assembleia Geral onde foram aprovados o Relatório e Contas referente a 2014 e a Proposta de Aplicação de Resultados do exercício. Procedeu-se ainda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.
- **Mudança de sede APL,S.A.** – Com a venda do edifício situado na Rua da Junqueira, 94, a sede da APL foi oficialmente transferida em 8 de abril para a Gare Marítima de Alcântara. Assim, ficaram localizados neste edifício o Conselho de Administração e respetivo secretariado. O restante efetivo da empresa encontra-se maioritariamente distribuído entre o Edifício Infante D. Henrique, localizado junto à Doca de Alcântara e o edifício VTS, em Algés. Existem ainda os serviços de apoio à Náutica de Recreio (localizados em Alcântara, St.º Amaro, Belém e Bom Sucesso) e um pequeno núcleo de manutenção no Edifício do Bom Sucesso.
- **Nomeação de novo Conselho de Administração da APL, S.A.** – Em 23 de maio foi nomeado por Deliberação Social Unânime o novo Conselho de Administração da APL, SA, presidido por Maria Lídia Ferreira Sequeira, e composto ainda pelos vogais José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco, Ricardo Miguel Medeiros dos Santos, Ricardo Jorge de Sousa Roque e Carlos Alberto do Maio Correia.

A eleição destes titulares para o mandato correspondente ao triénio 2016-2018 foi feita na sequência da decisão do Governo publicada no Decreto-Lei nº 15/2016, de 9 de março, a qual estabelece uma coordenação estratégica entre os portos de Lisboa e o de Setúbal e Sesimbra, para efeitos de planeamento estratégico e promoção de sinergias, pelo que a Presidente e os quatro administradores são comuns às duas administrações.

- **Anomalias detetadas nas colunas “jet grouting” da empreitada – “Reabilitação e Reforço dos Cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco – 2ª Fase”**

O projeto “Reabilitação e Reforço dos Cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco – 1ª e 2ª Fase” foi realizado em duas empreitadas distintas, por um valor global de 51,1 milhões de euros que resultou de dois concursos públicos, um para a empreitada de “Reabilitação e Reforço dos Cais entre Santa Apolónia e o Jardim – 1ª Fase” e outro para a 2ª Fase.

Em 11 de outubro de 2006, a APL procedeu à abertura do concurso público internacional para a empreitada de “Reabilitação e Reforço dos Cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco – 1ª Fase”, na execução desta empreitada constatou-se que os comprimentos das estacas de fundação da nova estrutura acostável medidos em projeto, eram inferiores aos necessários, face às condições geológicas do leito do fundo do rio encontradas, assim, na empreitada da 1ª Fase não ocorreram incidentes com colunas “jet grouting”, dado que estas foram adotadas como cortina de impermeabilização no tardo dos cais antigos, como aliás já fora utilizado em situações semelhantes noutros terminais da APL com excelentes resultados.

As anomalias verificaram-se na empreitada da 2ª Fase quando o “jet grouting” foi adotado como elemento estrutural de suporte ao aterro da doca sobre lodos. Efetivamente, no início da fase de execução da obra da nova Gare Marítima de passageiros de Lisboa, foi detetado um problema de falha de integridade das colunas de “jet grouting” que suportam a área destinada ao edifício da nova Gare, facto que impossibilitava a implementação do projeto de construção da nova Gare cujas fundações originais deveriam ser reforçadas por micro-estacas.

Em novembro de 2015, a APL, para além de outras iniciativas, solicitou ao LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil a elaboração de parecer sobre as anomalias detetadas.

Já no início do ano de 2016, o LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil procedeu à elaboração de um relatório preliminar designado “Parecer preliminar sobre anomalias associadas ao tratamento da fundação do aterro com “jet grouting” elaborado com base em análise documental sendo, planeados e iniciados testes e estudos de prospeção geológico-geotécnica.

Para prossecução dos trabalhos planeados foi necessário proceder à construção de um aterro experimental inserido na zona concessionada à LCT – Lisbon Cruise Terminals, Lda onde já estão em fase de finalização os trabalhos de testes.

Em função dos resultados obtidos nos testes e da análise da documentação solicitada, o LNEC elaborará um relatório final com a emissão de parecer sobre as anomalias detetadas.

Ao aproximar-se a data prevista para a receção definitiva da empreitada “Reabilitação e Reforço dos Cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco – 2ª Fase” a APL comunicou ao consórcio empreiteiro responsável pela obra a intenção de não proceder à receção definitiva da empreitada por ter “detetado várias anomalias nas colunas “jet grouting”.

Efetivamente, dentro do prazo contratual a APL procedeu à não receção definitiva da empreitada e não liberou a garantia bancária prestada pelo consórcio empreiteiro.

No relatório preliminar do LNEC é referido que na fase de implementação das fundações da gare, não foram encontradas algumas colunas de “jet grouting” realizadas na empreitada anterior, sendo que noutras, foram identificados problemas de integridade. Estas anomalias inviabilizaram a realização de micro-estacas para as fundações da nova Gare, no interior das colunas “jet grouting”, tendo-se registado a necessidade da APL proceder à revisão do projeto das fundações da nova Gare.

Em resumo na página 13 do relatório preliminar do LNEC refere-se que de um total de 169 colunas “jet grouting” monitorizadas, 62 não foram encontradas, 47 encontram-se parcialmente consolidadas e as restantes 60 estavam em condições normais de utilização. Assim, sendo, em limite o número de colunas a abater nos Ativos Tangíveis da APL relativos à totalidade da área seria de 64,5% do total das colunas “jet grouting”.

Apesar dos testes e estudos de prospeção geológico-geotécnica a realizar pelo LNEC decorrerem ao longo do ano de 2016, a APL procedeu à constituição no ano de 2015 de uma imparidade, para posteriormente, no ano de 2016, com a publicação do relatório final, proceder ao abate efetivo nos Ativos Tangíveis das colunas “jet grouting” inexistentes e deterioradas.

Já no ano de 2016, caberá ao consórcio empreiteiro, projetistas e fiscalização ressarcir a APL por todos os gastos adicionais apurados com os testes e estudos realizados, assim como, pelo abate das colunas “jet grouting” e projetos de alteração às fundações da nova Gare e parque de estacionamento.

- **Ação Administrativa 3.ª U.O., Proc. 1700/16.9BELSB referente ao Contrato 2009/022/INAG – Empreitada de “Alimentação Artificial das Praias da Costa da Caparica e de S. João da Caparica – 2009”, com citação à data de 21 de setembro de 2016**

No seguimento de concurso público internacional lançado pelo INAG – Instituto da Água I.P., em 27 de julho de 2009 foi celebrado um contrato entre o INAG – Instituto da Água, I.P. a APL – Administração de Lisboa, S.A. e a Rohde Nielsen A/S para a realização da empreitada de “Alimentação Artificial das Praias da Costa da Caparica e de S. João da Caparica – 2009”.

No âmbito do contrato celebrado, nº 2009/022/INAG, era da responsabilidade da empresa Rhode Nielsen a realização da dragagem em zonas específicas do Canal da Barra do Estuário do Tejo e posterior transporte e colocação do volume dragado (areias) nas Praias da Costa Caparica e de S. João da Caparica.

Com relevância para a APL, S.A. seria a dragagem de zonas específicas no canal de acesso ao Porto de Lisboa e para o INAG a alimentação artificial de areias das praias da Costa da Caparica e de S. João da Costa da Caparica.

Conforme estipulado pelo contrato, caderno de encargos, protocolo de 2008 e adendas posteriores assinados pela APL, S.A. e o INAG, o volume dragado seria apurado através de levantamentos hidrográficos efetuados por uma entidade terceira independente, o Instituto Hidrográfico que ao contrário de outros Laboratórios Nacionais está particularmente vocacionado para o mar.

Na 2ª adenda ao protocolo (para que também remetia o nº 5 da cláusula 16.ª do contrato nº 2009/022/INAG) é referido que *"Os custos decorrentes dos trabalhos a realizar em 2009, a que se refere esta adenda, serão suportados da seguinte forma:*

- *Pela APL, S.A. em montante não inferior a 1,88€/m3 de volume efetivamente dragado no Canal da Barra Sul, nas condições técnicas definidas no projeto, e depositado, acrescido do IVA em vigor até ao total de 1 000 000 m3;*
- *Pelo INAG, I.P., o diferencial entre o valor pago pela APL, S.A. e os demais custos contratados com a empresa adjudicatária dos trabalhos de dragagem."*

A 2ª adenda vem também atualizar o protocolo inicial no que respeita à zona que seria dragada, o Canal da Barra Sul e já não a zona do *"Cachopo Sul/Banco do Bugio"*.

Efetivamente a APL, S.A. apurou, em colaboração com o Instituto Hidrográfico o volume de 653 630 m3 na dragagem realizada no Canal da Barra Sul que à razão de 1,95€/m3, totalizou o montante de 1 274 578,50€, aliás, em conformidade com o declarado nos autos, devidamente assinados pela Rhode Nielsen, procedendo, esta, à respetiva faturação e a APL, S.A. ao integral pagamento.

Face ao exposto, a APL, S.A. cumpriu integralmente o previsto no contrato, no protocolo e na respetiva adenda.

No âmbito do contrato 2009/022/INAG e só no ano de 2016 a Rhode Nielsen interpôs ação judicial contra a APL, S.A., com citação à data de 21 de setembro de 2016, reclamando o pagamento adicional da quantia de 675 421,50€ acrescida de juros de mora calculados desde 27 de novembro de 2009, consubstanciado na diferença de apuramento dos volumes dragados.

Foi apresentada contestação pela APL, S.A. em 10 de novembro de 2016 reiterando todos os factos acima descritos com especial ênfase para a identificação dos locais efetivamente dragados conforme descritos na 2ª adenda ao protocolo assinada entre a APL, S.A. e o INAG, assim como, o apuramento dos volumes dragados, com base nos levantamentos hidrográficos realizados pelo Instituto Hidrográfico.

- **Greves** - Na sequência de um prolongado período de conflitos laborais, durante o qual não foi possível alcançar um acordo entre o Sindicato dos Estivadores,

Trabalhadores do Tráfego e Conferentes Marítimos do Centro e Sul de Portugal e as Associações Patronais que operam no Porto de Lisboa, por iniciativa e sob a coordenação da Ministra do Mar, foi possível sentar as duas partes à mesa de negociações, tendo sido criado um Grupo de Trabalho através do Despacho ministerial de 30 de Dezembro de 2015 que reuniria ambas as partes em conflito sob a presidência e coordenação da Presidente da Administração do Porto de Lisboa.

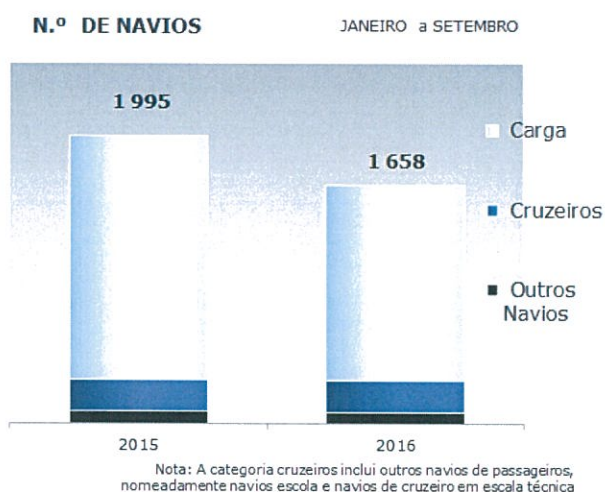
O Grupo de Trabalho viria a desenvolver a sua atividade durante os primeiros meses de 2016, sendo que o dia 27 de Maio marcou o fim do conflito, iniciando-se um novo período de paz laboral.

2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

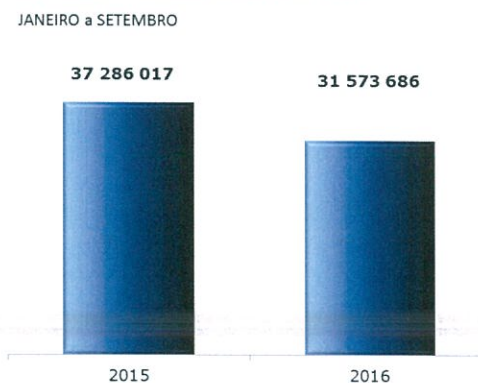
2.1. Movimento de navios

Entre Janeiro e Setembro de 2016 o porto de Lisboa foi escalado por menos 337 navios que no período homólogo de 2015, traduzindo-se numa diminuição de cerca de -16,9 %.

A mesma tendência se verificou no GT, que registou um decréscimo de 5 712 331 toneladas (-15,3 %).

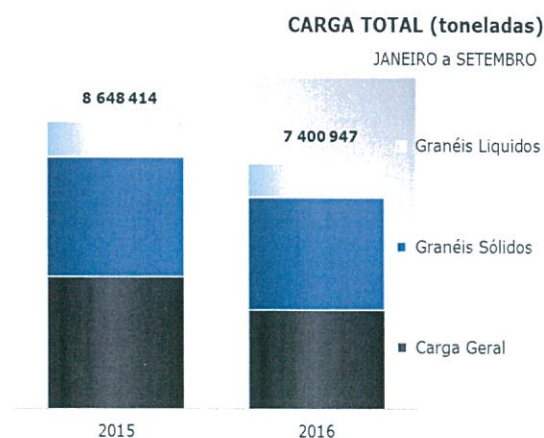


NAVIOS - Tonelagem Bruta (GT)



2.2. Carga

Em termos de carga movimentada registou-se uma diminuição face ao período homólogo de 2015 (- 1 247 467 toneladas, correspondendo a cerca de - 14,4 %).

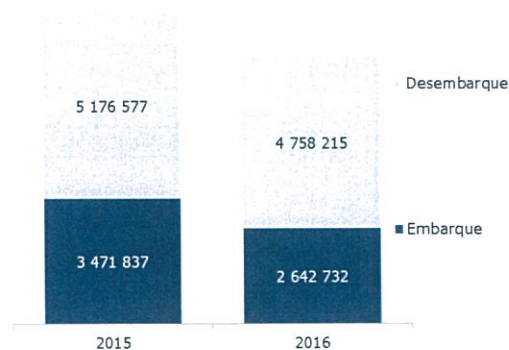


	2015	2016	Var. 2016/2015
CARGA TOTAL (toneladas)	8 648 414	7 400 947	-14,4%
Carga contentoriz.	3 839 748	2 792 119	-27,3%
Carga fracionada	143 518	196 115	36,6%
Graneis sólidos	3 601 800	3 388 859	-5,9%
Graneis líquidos	1 053 655	1 019 763	-3,2%
Carga RoRo	9 692	4 091	-57,8%

Carga - embarque/desembarque (toneladas)

JANEIRO a SETEMBRO

Esta variação negativa ficou a dever-se não só ao embarque, que sofreu um decréscimo de 829 105 toneladas (-23,9 %), como também ao desembarque, com - 418 362 toneladas (-8,1 %) que no período homólogo de 2015.



Quanto aos vários tipos de frete verificaram-se comportamentos distintos, conforme discriminado:

- Graneis Líquidos – A variação negativa refletida no âmbito dos graneis líquidos (- 3,2 %) resulta de uma diminuição das quantidades desembarcadas (-43 803 toneladas). Neste tipo de mercadoria os desembarques corresponderam em 2016 a 91,4 % do total movimentado.
- Graneis Sólidos – Registaram uma diminuição face ao trimestre homólogo de 2015 (-212 942 toneladas, equivalente a uma diminuição de -5,9%), fruto de uma diminuição das quantidades embarcadas (-167 159 toneladas) e das quantidades desembarcadas (-45 782 toneladas). Neste tipo de mercadoria os desembarques corresponderam em 2016 a 85 % do total movimentado.
- Carga Geral – A diminuição registada na carga geral em cerca de -25,1% manifestou-se de forma mais expressiva ao nível da carga contentorizada (-1 047 629 toneladas) refletindo uma diminuição de -28,5 % da tonelagem embarcada (- 736 538 toneladas) e ainda uma diminuição em cerca de -24,7 % da tonelagem desembarcada (-311 271 toneladas).
- Referência também para a carga fracionada, com um aumento face ao período homólogo de 2015 de cerca de 52 597 toneladas (+36,6 %). O aumento registado está relacionado com o aumento das toneladas embarcadas (+ 70 596 toneladas).

NOTA: Para informação estatística mais detalhada, consultar [estatísticas online](#) no site da APL,S.A.

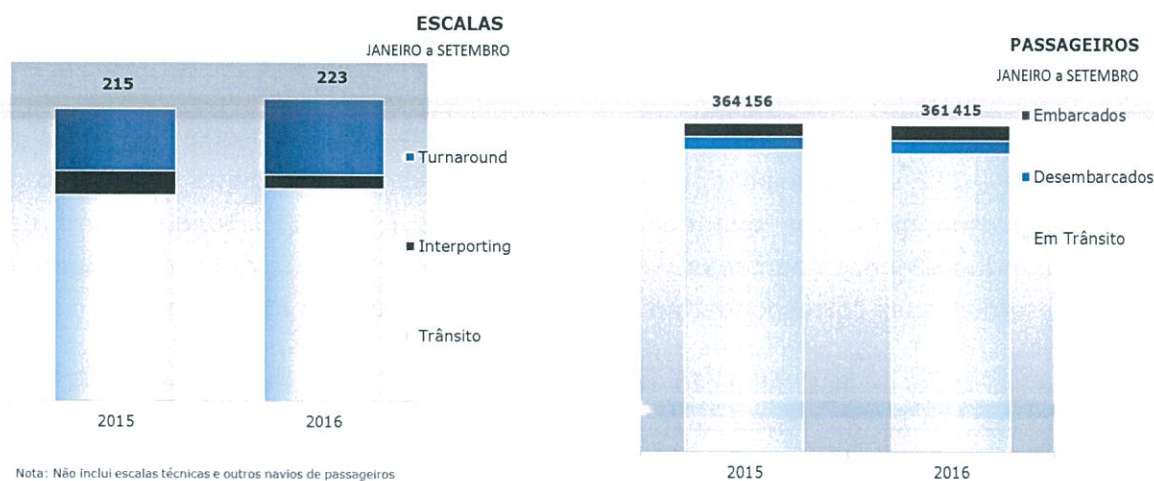
2.3. Cruzeiros

No final do terceiro trimestre de 2016 a atividade de cruzeiros no porto de Lisboa registava um aumento do número de escalas face ao período homólogo de 2015, mas uma diminuição do número de passageiros, respetivamente + 8 escalas (+3,7%) e -2 741 passageiros (-0,8%).

Embora se tenha verificado uma diminuição do número de escalas no segmento interporting¹ (-8 escalas), verificou-se um aumento nos segmentos turnaround² (+11 escalas) e trânsito (+5 escalas), face ao período homólogo de 2015.

	2015	2016	Var. 2016/2015
PASSAGEIROS	364 156	361 415	-0,8%
Em Trânsito	334 597	330 051	-1,4%
Embarcados	14 701	16 248	10,5%
Desembarcados	14 858	15 116	1,7%

	2015	2016	Var. 2016/2015
ESCALAS	215	223	3,7%
Interporting	18	10	-44,4%
Turnaround	45	56	24,4%
Trânsito	152	157	3,3%



NOTA: Para informação estatística mais detalhada, consultar [estatísticas online](#) no site da APL,S.A.

¹ Interporting ou turnaround parcial – situação em que o navio de cruzeiro durante o itinerário, permite o embarque e/ou desembarque de passageiros em portos secundários.

² Turnaround – situação em que o navio de cruzeiro inicia e termina operação num determinado porto e que implica o desembarque de todos os passageiros da viagem anterior e embarque de novos passageiros.

3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No final de setembro de 2016 a APL registou um resultado líquido positivo de 3 495 milhares de euros, superando assim quer o montante obtido em igual período do ano anterior, quer as previsões para 2016. Os restantes resultados acompanharam essa tendência, tanto em termos de desempenho real, como face à estimativa.

(Valores em euros)

setembro 2016 Real	setembro 2015 Real	setembro 16R/15R	DESEMPENHO ECONÓMICO	Orçamento setembro 2016	Orçamento Anual 2016	Orç. 3.ºT não realizado	Orç. Anual por realizar
A	B	Var %		C	D	C-A	D-A
3 494 522	1 402 755	149%	Resultado Líquido	1 840 003	1 276 541	-89,9%	-173,7%
5 349 167	4 022 859	33%	EBIT	4 022 862	4 315 665	-33,0%	-23,9%
15 800 550	14 768 592	7%	EBITDA	13 312 678	18 250 390	-18,7%	13,4%

3.1. Rendimentos e Ganhos

Os rendimentos auferidos no período ficaram aquém dos registados no ano anterior (cerca de -628 mil euros), sendo de assinalar que, em termos globais o decréscimo acentuado nas vendas e serviços prestados (- 2 333 milhares de euros) foi atenuado em parte pela rubrica de outros Rendimentos e Ganhos (+ 1 942 milhares de euros).

Face ao valor expectável para o período a perspetiva é contudo positiva, já que de forma global, os ganhos reais ultrapassaram as estimativas em 8,6%.

(Valores em euros)

setembro 2016 Real	setembro 2015 Real	setembro 16R/15R	RENDIMENTOS E GANHOS	Orçamento setembro 2016	Orçamento Anual 2016	Orç. 3.ºT não realizado	Orç. Anual por realizar
A	B	Var %		C	D	C-A	D-A
19 321 872	21 654 597	-10,8%	Vendas e Serviços Prestados	18 442 267	27 663 400	-4,8%	30,2%
0	0	-	Trabalhos para Própria Entidade	41 067	61 600	100,0%	100,0%
2 964	90 042	-96,7%	Subsídios à Exploração	1 976	2 964	-50,0%	0,0%
235 255	299 799	-21,5%	Ganhos/Aumento Justo Valor	266 667	400 000	11,8%	41,2%
14 365 858	12 423 400	15,6%	Outros Rendimentos e Ganhos	12 478 874	17 740 392	-15,1%	19,0%
0	85 985	-100,0%	Juros e Rend. Similares Obtidos	0	0	--	--
33 925 949	34 553 823	-1,8%	TOTAL	31 230 850	45 868 356	-8,6%	26,0%

Volume de Negócios

Na ótica dos ganhos diretamente relacionados com o negócio, a quebra absoluta em termos reais face ao período homólogo ascendeu a 2 145 mil euros, com ênfase para:

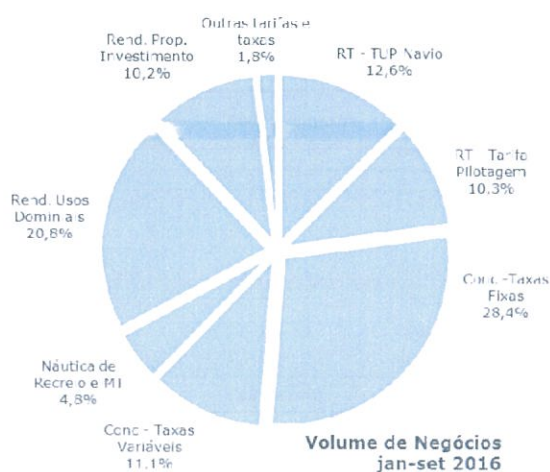
- O Regulamento de Tarifas (-1 059 milhares de euros), mais concretamente as relacionadas com o navio (TUP navio e pilotagem), que sofreram em conjunto uma redução absoluta de 950 mil euros devido à diminuição do número de navios e da tonelagem, conforme referido no ponto 2.
- Rendimentos de concessões, com um decréscimo mais expressivo na componente de taxas variáveis (- 1 148 mil euros), devido ao menor volume de carga movimentada;
- Rendimentos de Propriedades de investimento, com redução de cerca de 247 mil euros devido em grande medida à desocupação do edifício Vasco da Gama, anteriormente utilizado pelo IMT/DGRM.

(Valores em euros)

setembro 2016 Real	setembro 2015 Real	setembro 16R/15R	VOLUME DE NEGÓCIOS	Orçamento setembro 2016	Orçamento Anual 2016	Orç. 3.ºT não realizado	Orç. Anual por realizar
A	B	Var %		C	D	C-A	D-A
6 750 823	7 810 260	-13,6%	Regulamento de Tarifas	5 743 426	8 615 139	-17,5%	21,6%
11 057 561	12 261 802	-9,8%	Concessões	11 266 178	16 899 267	1,9%	34,6%
1 192 193	1 152 679	3,4%	Explor. Náutica de Recreio	1 142 228	1 713 342	-4,4%	30,4%
164 381	151 852	8,3%	Explor. Ativ. Marítimo-Turística	75 508	113 262	-117,7%	-45,1%
156 914	278 003	-43,6%	Outras Prest. de Serviços	214 928	322 392	27,0%	51,3%
19 321 872	21 654 597	-10,8%	Serviços Prestados	18 442 267	27 663 400	-4,8%	30,2%
5 822 456	5 388 607	8,1%	Usos Dominiais	5 104 908	7 657 362	-14,1%	24,0%
2 871 171	3 117 741	-7,9%	Rendas/Rendimentos Prop. Investim. ^{to}	2 254 729	3 382 093	-27,3%	15,1%
8 693 628	8 506 348	2,2%	Outros Rendimentos e Ganhos	7 359 637	11 039 456	-18,1%	21,2%
28 015 500	30 160 945	-7,1%	TOTAL	25 801 904	38 702 856	-8,6%	27,6%

Já as atividades relacionadas com náutica de recreio, marítimo-turística e usos dominiais conheceram uma recuperação face a 2015 (+ 486 mil euros, em conjunto). No entanto, pela sua representatividade, não foram suficientes para compensar a descida do volume de negócios.

As previsões globais para o volume de negócios eram no entanto mais pessimistas, uma vez que no final de setembro a realização superava as expectativas em 8,6%.



3.2. Gastos e Perdas

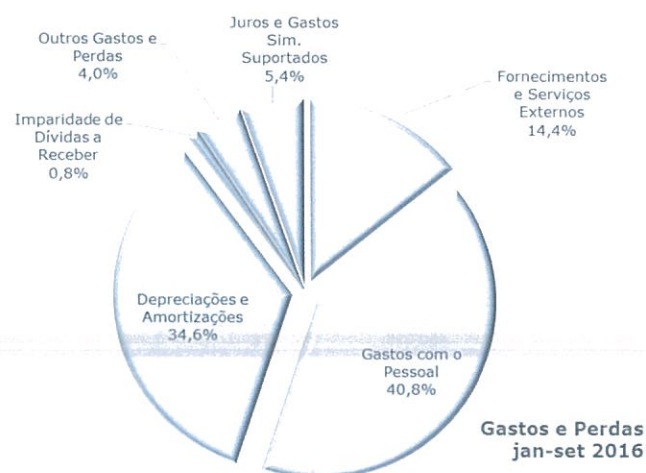
Em 2016, até final de Setembro, os Gastos e Perdas da APL registam um decréscimo global de 2 720 mil euros relativamente ao ano anterior. Esta quebra abrangeu todas as rubricas com exceção dos gastos com pessoal, os quais refletiram o efeito do descongelamento de progressões na carreira em vigor a partir de 1 de julho de 2016.

(Valores em euros)

setembro 2016 Real	setembro 2015 Real	setembro 16R/15R	Gastos e Perdas	Orçamento setembro 2016	Orçamento Anual 2016	Orç. 3.ºT não realizado	Orç. Anual por realizar
A	B	Var %		C	D	C-A	D-A
4 340 123	5 940 606	-26,9%	Fornecimentos e Serviços Externos	4 751 619	7 571 035	8,7%	42,7%
12 329 358	11 740 254	5,0%	Gastos com o Pessoal	11 203 120	16 804 680	-10,1%	26,6%
10 451 383	10 745 732	-2,7%	Depreciações e Amortizações	9 289 817	13 934 725	-12,5%	25,0%
242 958	762 885	-68,2%	Imparidade de Dívidas a Receber	400 000	600 000	39,3%	59,5%
0	0	-	Provisões	80 000	120 000	100,0%	100,0%
1 212 960	1 341 098	-9,6%	Outros Gastos e Perdas	1 483 433	2 522 250	18,2%	51,9%
1 637 874	2 403 882	-31,9%	Juros e Gastos Sim. Suportados	1 516 503	2 274 755	-8,0%	28,0%
30 214 656	32 934 457	-8,3%	TOTAL	28 724 492	43 827 445	-5,2%	31,1%

Os gastos com pessoal e as depreciações continuam a ser as rubricas com maior peso na estrutura de gastos da empresa, seguidas dos fornecimentos e serviços externos e dos juros de financiamento bancário.

São também estas (gastos com pessoal e amortizações) as rubricas que ficaram acima do orçamento para o período.



Gastos Operacionais

Com uma quebra de 1 011 milhares de euros face a 2015, estes gastos apresentaram evoluções opostas pelos motivos a seguir indicados.

(Valores em euros)

setembro 2016 Real	setembro 2015 Real	setembro 16R/15R	Gastos Operacionais	Orçamento setembro 2016	Orçamento Anual 2016	Orç. 3.ºT não realizado	Orç. Anual por realizar
A	B	Var %		C	D	C-A	D-A
4 340 123	5 940 606	-26,9%	Fornecimentos e Serviços Externos	4 751 619	7 571 035	8,7%	42,7%
12 329 358	11 740 254	5,0%	Gastos com o Pessoal	11 203 120	16 804 680	-10,1%	26,6%
16 669 481	17 680 860	-5,7%	TOTAL	15 954 739	24 375 715	-4,5%	31,6%

Quanto ao rácio entre os gastos operacionais e o volume de negócios verifica-se um ligeiro agravamento face a 2015 em virtude da quebra mais acentuada do volume de negócios.



Fornecimentos e Serviços Externos

A redução situou-se nos 1 600 mil euros comparativamente a igual período de 2015, com diminuições generalizadas a gastos de diversas naturezas, com destaque para:

- Dragagens de manutenção (-815 mil euros) – devido a atrasos na campanha decorrentes de impedimentos relacionados com o processo de contratação (só em Agosto se deu início à faturação);
- Vigilância e segurança (-309 mil euros) – cuja variação decorre da realização da VOLVO Ocean Race em 2015 e redução de postos fixos em 2016, com a venda do Edifício sede da Junqueira no início do ano.

(Valores em euros)

setembro 2016 Real	setembro 2015 Real	setembro 16R/15R	Fornecimentos e Serviços Externos	Orçamento setembro 2016	Orçamento Anual 2016	Orç. 3.ºT não realizado	Orç. Anual por realizar
A	B	Var %		C	D	C-A	D-A
460 895	462 431	-0,3%	Trabalhos Especializados	590 615	885 923	22,0%	48,0%
102 569	277 341	-63,0%	Publicidade e Propaganda	181 336	272 004	43,4%	62,3%
609 985	919 086	-33,6%	Vigilância e Segurança	572 419	858 629	-6,6%	29,0%
470 400	1 285 352	-63,4%	Dragagens de Manutenção	140 000	700 000	-236,0%	32,8%
211 506	106 557	98,5%	Obras	441 185	661 777	52,1%	68,0%
558 576	635 562	-12,1%	Assistência Técnica	481 971	722 957	-15,9%	22,7%
419 006	438 294	-4,4%	Eletricidade	433 333	650 000	3,3%	35,5%
69 114	103 290	-33,1%	Água	100 829	151 244	31,5%	54,3%
255 174	369 537	-30,9%	Limpeza, Higiene e Conforto	462 340	693 510	44,8%	63,2%
1 182 897	1 343 156	-11,9%	Outros FSE	1 347 590	1 974 992	12,2%	40,1%
4 340 123	5 940 606	-26,9%	TOTAL	4 751 619	7 571 035	8,7%	42,7%

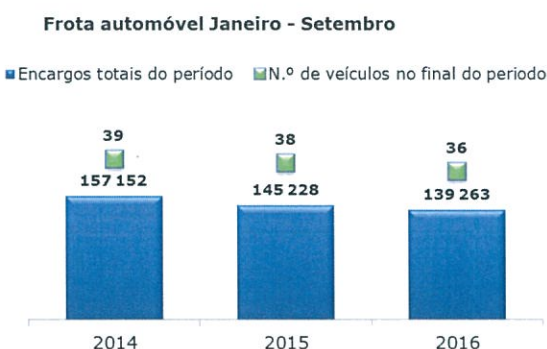
Os gastos com obras apresentaram, pelo contrário, um aumento (cerca de 105 mil euros) já que foram contabilizadas em agosto despesas imprevistas relacionadas com o aterro onde será construída a Nova gare Marítima do Terminal de Cruzeiros de Lisboa.

Analisando em particular as comunicações, deslocações, ajudas de custo e gastos com a frota automóvel, a evolução é a seguinte:

- Nas componentes de gastos ilustradas no gráfico verifica-se uma diminuição face aos dois anos anteriores, sendo certo que no ano 2015 se intensificaram as deslocações para promoção das áreas de negócio carga, cruzeiros e náutica de recreio, com reflexos também ao nível de ajudas de custo.



- Quanto à frota automóvel, a redução de custos que se vem verificando decorre essencialmente da redução do número de viaturas ao serviço.



Gastos com o Pessoal

setembro 2016 Real	setembro 2015 Real	setembro 16R/ 15R	Gastos com o Pessoal	Orçamento setembro 2016	Orçamento Anual 2016	Orç. 3.ºT não realizado	Orç. Anual por realizar
A	B	Var %		C	D	C-A	D-A
236 006	185 532	27,2%	Remuneração dos Órgãos Sociais	167 838	251 756	-40,6%	6,3%
9 207 511	8 764 084	5,1%	Remuneração do Pessoal	8 529 147	12 793 720	-8,0%	28,0%
2 350 937	2 221 182	5,8%	Encargos sobre Remunerações	1 973 060	2 959 590	-19,2%	20,6%
468 833	475 867	-1,5%	Seguros e Ação Social	383 361	575 041	-22,3%	18,5%
66 069	93 589	-29,4%	Outros Gastos com o Pessoal	149 715	224 573	55,9%	70,6%
12 329 358	11 740 254	5,0%	TOTAL	11 203 120	16 804 680	-10,1%	26,6%

(Valores em euros)

Ao nível dos Gastos com o Pessoal no seu conjunto observa-se um acréscimo de 589 mil euros que resulta do efeito cumulativo das seguintes ocorrências:

- Por despacho conjunto da Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças e do Ministério do Mar, foram desbloqueados a partir de 1 de julho os acessos e diuturnidades, passando as remunerações a refletir os acréscimos daí decorrentes;
- O efetivo médio evoluiu de 296 para 298 trabalhadores;

- Com a criação de um Conselho de Administração comum à APL,S.A. e à APSS, S.A. (Decreto-Lei n.º 15/2016, de 9 de março), aquele órgão passou a integrar 5 membros em vez dos anteriores 3. Apesar dos encargos serem repartidos equitativamente entre as duas entidades o fato do anterior Conselho integrar um elemento pertencente ao quadro da APL (que acumulava funções e se manteve ao serviço enquanto chefia), não implicou uma redução de gastos.

INDICADORES	NOTAS	3.º trim 2015	3.º trim 2016
1. N.º DE COLABORADORES AO SERVIÇO - 30 setembro (a+b+c)	(i)	297	296
a. Conselho de Administração		3	5
b. Cargos de Direção e Chefia	(ii)	39	40
c. Restantes Trabalhadores		255	251
2. ÓRGÃOS SOCIAIS (n.º de titulares)	(iii)	8	10
Mesa de Assembleia Geral		2	2
Conselho de Administração		3	5
Conselho Fiscal		3	3
3. GASTOS COM O PESSOAL (euros)	(iv)	11 740 254	12 329 358
a. Gastos com Órgãos Sociais (referidos em 2.)	(v)	260 942	291 430
b. Gastos com Cargos de Direção e Chefia (referidos em 1.b)		2 462 313	2 595 377
c. Gastos. Rest. Pessoal (referidos em 1.c)		9 017 000	9 442 551

NOTAS:

- i) Considerado todo o pessoal ao serviço na empresa no final de cada ano. Não inclui Mesa de Assembleia Geral nem Conselho Fiscal.
- ii) Chefias de níveis I a IV (ou equiparados), chefias art.º 4.º EPAP e chefias departamento de Pilotagem.
- iii) Não incluída a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, dado que a respetiva remuneração não integra os gastos com pessoal. No Conselho Fiscal são indicados os membros efetivos
- iv) Corresponde ao total da conta 63 - Gastos com pessoal.
- v) Os gastos relativos à SROC são contabilizados na conta 62 FSE.

Restantes Gastos e Perdas

Menção ainda para a redução das imparidades de dívidas a receber (- 520 mil euros) e para os juros de empréstimos bancários (- 766 mil euros), cuja evolução decorre naturalmente da redução do passivo remunerado.

3.3. Endividamento

A APL tem vindo a reduzir substancialmente o seu endividamento, optando também por amortizações extraordinárias de capital, sempre que os cash-flows gerados o permitiram.

Em 2016 não ocorreram reestruturações do passivo bancário mas apenas as amortizações ordinárias fixadas nos contratos de financiamento.

(Valores em euros)

setembro 2016 Real	dezembro 2015 Real	setembro 2015 Real	Passivo Remunerado	Varição Absoluta face a dez 15	Var. %	Varição Absoluta face a set 15	Var. %
A	B	C		A-B	A-C		
69 221 861	80 089 808	86 165 593	Financiamentos M/L Prazo	-10 867 947	-14%	-16 943 732	-20%
22 240 819	18 770 813	14 711 236	Financiamentos Curto Prazo	3 470 006	18%	7 529 583	51%
91 462 680	98 860 621	100 876 829	TOTAL	-7 397 942	-7%	-9 414 149	-9%

Ainda assim observa-se uma redução consistente do passivo, superando o objetivo fixado para as empresas do SEE (que estipula no máximo um crescimento limitado a 3%).

3.4. Prazos Médios de Recebimento e de Pagamento

Apesar de não se enquadrar ainda nos parâmetros fixados, a APL tem vindo a reduzir o seu prazo médio de pagamentos a fornecedores. Em dezembro de 2012 apresentava uma média de 145 dias. Observou-se desde então uma recuperação deste indicador graças ao efeito conjugado da contenção dos gastos e restrição do investimento. Os financiamentos entretanto obtidos bem como as mais-valias de alienações de imobilizado permitiram também alguma folga na liquidez da empresa, o que veio facilitar esta recuperação. Os diversos constrangimentos que têm vindo a afetar o setor e o volume de negócio da empresa não permitiram no entanto cumprir as metas fixadas³.

Recorde-se que em alguns contratos de manutenção e reparação, prestação de serviços e empreitadas em curso o prazo de pagamento fixado é de 60 dias.

Quanto ao prazo de recebimento, tem-se mantido estável. O prazo de pagamento fixado é de 30 dias na generalidade da faturação a clientes é de 30 dias.

³ De acordo com a RCM 34/2008, de 22 fevereiro, a avaliação do grau de cumprimento dos objetivos de PMP é feita anualmente, com base na variação homóloga do registado no final do 4.º trimestre do ano.

Para empresas cujo PMP do ano anterior tenha sido superior ou igual a 45 dias o objetivo fixado corresponde a uma redução igual ou superior a 15%. Para empresas cujo PMP do ano anterior tenha sido inferior a 45 dias o objetivo fixado corresponde a um PMP inferior a 40 dias.

(unid: dias)

Clientes e Fornecedores	setembro 2014 Real	setembro 2015 Real	setembro 2016 Real
Prazo Médio de Recebimentos (Saldo clientes/Vol negócios) *90	20	19	20
Prazo Médio de Pagamentos (nos termos da RCM 34/2008, de 22 fev., com alteração Despacho 9870/2009, de 13 abril)	53	50	53

3.5. Investimentos

No final de Setembro de 2016 o investimento realizado ascendia a 1 167 mil euros, sendo de realçar, pelos monantes envolvidos, o projeto de Reordenamento das Plataforma Multimodal do Porto de Lisboa – Via Lisboa e a reabilitação da Gare Marítima de Alcântara para reinstalação do Conselho de Administração, na sequência da alienação do Edifício da Junqueira.

A melhoria condições de segurança e das operações de navegação continua também a ser uma prioridade.

Em termos de execução é no entanto de referir que apenas foi possível concretizar ainda 15% (1 167 mil euros) do montante total previsto para o ano (7 800 mil euros).

setembro 2016 Real	setembro 2015 Real	setembro 16R/15R	Investimentos	Orçamento setembro 2016	Orçamento Anual 2016	Orç. 3.ºT não realizado	Orç. Anual por realizar
A	B	C		C	D	C-A	D-A
1 167 352	614 351	90%	Investimentos	5 738 568	7 799 698	79,66%	85,03%

INVESTIMENTOS Jan-Set 2016	Montante realizado (€)
Autoridade portuária	
Reabilitação Gare Marítima de Alcântara - Reinstalação CA	277 744
Melhoria da segurança à navegação	
Lanchas	32 845
Pontões	89 166
Balizagem	44 770
Sistema VTS	10 739
Segurança Portuária	
Videovigilância	1 038
Projeto MOVE	4 950
Tecnologias de Comunicação e Informação	
Atualização de Sisitemas e Equipamentos	86 413
Projetos - E - Impact	85 625
Frentes Ribeirinhas	
Reabilitação do Cais do Antigo Term. Cruzeiros	1 862
Carga	
Projeto Via Lisboa	328 975
Náutica de recreio	
Doca de Pedrouços	56 975
Doca de St.º Amaro	5 200
Parque de Repar. de Belém	52 531
Cruzeiros	
Terminal de Cruzeiros de Lisboa - Assitência Técnica ao projeto	63 750
Reorganização Interna	
Remodelação EIDH	24 770
TOTAL	1 167 352
OIF-Fundo Compensação Trabalho	792

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Balanço

Balanço em 30 de setembro

(Unidade: Euro)

Rubricas	30-09-2016	30-09-2015	Orçamento 2016 (Anual)
Ativo			
Ativo não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	261 842 059	273 229 467	267 915 111
Propriedades de Investimento	58 393 372	60 425 431	57 899 034
Ativos Intangíveis	20 373 217	20 793 991	21 134 121
Outros ativos Financeiros	1 227	227	435
Clientes	153 660		
Outras Contas a Receber			1 565 676
Diferimentos			146 448
Total do Ativo não Corrente	340 763 535	354 449 117	348 660 824
Ativo Corrente			
Clientes	6 511 001	6 530 772	5 974 971
Adiantamentos de Fomecedores e Depósitos Cauç	1 651	1 651	1 650
Estado e Outros Entes Públicos	295 784	1 703 818	1 000 000
Outras Conta a Receber	3 338 497	3 640 693	1 278 474
Diferimentos	325 856	380 176	360 000
Ativos não Correntes detidos para Venda		2 815 021	
Caixa e Depósitos Bancários	19 067 323	11 510 255	8 690 528
Total do Ativo Corrente	29 540 112	26 582 386	17 305 624
Total do Ativo	370 303 647	381 031 503	365 966 448
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital Realizado	60 000 000	60 000 000	60 000 000
Reservas Legais	3 926 328	3 787 184	4 067 341
Outras reservas	71 077 304	71 077 304	71 077 304
Reservas não Distribuíveis	7 851 761	6 856 530	7 851 761
Resultados Transitados	17 274 285	17 017 221	18 543 400
Outras variações do capital Próprio	49 022 241	48 951 790	48 568 842
Resultado Líquido do Período	3 494 522	1 402 755	1 276 541
Total do Capital Próprio	212 646 439	209 092 782	211 385 187
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões	1 643 435	1 795 140	1 523 435
Financiamentos obtidos	69 221 861	86 165 593	75 054 637
Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	9 444 899	11 302 124	8 010 395
Passivos por Impostos Diferidos	2 496 315	2 207 216	2 568 363
Passivos Financeiros detidos para Negociação	1 051 539	1 577 182	886 795
Diferimentos	34 053 589	34 522 362	30 020 416
Outras contas a Pagar	11 360 707	11 695 369	11 213 580
Total do Passivo não Corrente	129 272 344	149 264 987	129 277 620
Passivo Corrente			
Fornecedores	927 682	928 012	1 011 528
Adiantamentos de Clientes	497 780	214 518	164 420
Estado e Outros Entes Públicos	1 103 623	1 457 353	1 200 000
Financiamentos Obtidos	22 240 819	14 711 236	11 642 744
Outras Contas a Pagar	3 614 960	5 362 615	4 484 949
Diferimentos			6 800 000
Total do Passivo Corrente	28 384 864	22 673 734	25 303 641
Total do Passivo	157 657 208	171 938 721	154 581 261
Total do Capital Próprio e Passivo	370 303 647	381 031 503	365 966 448

Diretora Finanças e
Suporte

Ana Paula Rodrigues

4.2. Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados em 30 de setembro

(Unidade: Euro)

Rendimentos e Gastos	30-09-2016	30-09-2015	Orçamento Ano 2016
Vendas e Serviços Prestados	19 321 872	21 654 597	27 663 400
Subsídios à Exploração	2 964	90 042	2 964
Trabalhos para a Própria Entidade	0	0	61 600
Fornecimentos e Serviços Externos	-4 340 123	-5 940 606	-7 571 035
Gastos com o Pessoal	-12 329 358	-11 740 254	-16 804 680
Imparidades de Dividas a Receber	-242 958	-762 885	-600 000
Provisões (Aumentos/Reduções)	0	0	-120 000
Aumentos/Reduções do Justo Valor	235 255	299 799	400 000
Outros Rendimentos e Ganhos	14 365 858	12 508 996	17 740 392
Outros Gastos e Perdas	-1 212 960	-1 341 098	-2 522 250
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	15 800 550	14 768 592	18 250 390
Gastos/Reversões de Depreciações e Amortizaçõ	-10 451 383	-10 745 732	-13 934 725
Resultados Operacionais (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	5 349 167	4 022 859	4 315 665
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0	389	0
Juros e Gastos Similares Suportados	-1 637 874	-2 403 882	-2 274 755
Resultado antes de Imposto	3 711 293	1 619 366	2 040 911
Impostos sobre o Rendimento do Período	-216 771	-216 611	-764 370
Resultado Líquido do Período	3 494 522	1 402 755	1 276 541

Diretora Finanças e
Suporte

 Ana Paula Rodrigues

4.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

(Unidade: Euro)			
Demonstração de Fluxos de Caixa	30-09-2016	30-09-2015	Orçamento 2016 (Anual)
Atividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes	28 819 297	35 231 940	39 305 492
Pagamentos a Fornecedores	-6 334 391	-6 004 191	-8 037 683
Pagamentos ao Pessoal	-12 981 770	-12 705 935	-16 804 680
Caixa Gerada pelas Operações	9 503 136	16 521 813	14 463 129
Pagamentos/Recebimentos do Imposto sobre o Rendimento	257 963	-384 544	-475 432
Outros Recebimentos/Pagamentos	-135 576	-3 779 523	-3 217 087
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais (1)	9 625 522	12 357 747	10 770 610
Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis/Intangíveis	-1 351 571	-2 495 972	-7 545 290
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis/Intangíveis	4 289 058	317	4 320 000
Subsídios ao Investimento	215 532	0	215 532
Juros e recebimentos Similares	21	393	0
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento (2)	3 153 040	-2 495 263	-3 009 758
Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		10 000 000	0
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos	-7 397 941,69	-16 074 913	-12 163 241
Juros e Gastos Similares	-1 680 969,03	-2 765 984	-2 274 755
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento (3)	-9 078 911	-8 840 897	-14 437 995
Variações de Caixa e seus Equivalentes (1) + (2) + (3)	3 699 651	1 021 588	-6 677 143
Efeito das Diferenças de Câmbio			
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	15 367 671	10 488 668	15 367 671
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	19 067 323	11 510 255	8 690 528
Varição de Disponibilidades	3 699 651	1 021 588	-6 677 143

Diretora Finanças e
Suporte

Ana Paula Rodrigues

4.4. Demonstração de Alterações de Capital Próprio

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

(Unidade: Euro)

	Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Reservas não Distrib.	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2015	60 000 000	3 346 852	71 077 304	5 710 535	14 200 229	50 022 754	4 403 318	208 760 991
Alterações no Período								
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio						78 699		78 699
Aplicação do Resultado Líquido do Período Findo em 31 de dezembro de 2014		440 332		1 145 994	2 816 992		-4 403 318	
Movimentos do Período		440 332	0	1 145 994	2 816 992	78 699	-4 403 318	78 699
Resultado Líquido do Período Findo em 31 de dezembro de 2015							2 801 567	2 801 567
Saldo em 31 de dezembro de 2015	60 000 000	3 787 184	71 077 304	6 856 529	17 017 220	50 101 452	2 801 567	211 641 256
Saldo em 1 de janeiro de 2016	60 000 000	3 787 184	71 077 304	6 856 529	17 017 220	50 101 452	2 801 567	211 641 256
Alterações no Período								
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio						-1 079 211		-1 079 211
Aplicação do Resultado Líquido do Período Findo em 31 de dezembro de 2015		139 144		995 231	257 064		-2 801 567	
Movimentos do Período		139 144		995 231	257 064	-1 079 211	-2 801 567	-2 489 339
Resultado Líquido do Período Findo em 30 de setembro de 2016							3 494 522	3 494 522
Saldo em 30 de setembro de 2016	60 000 000	3 926 328	71 077 304	7 851 761	17 274 285	49 022 241	3 494 522	212 646 439

Diretora Finanças e
Suporte

Ana Paula Rodrigues